



**À PRIMEIRA CÂMARA DO COLENO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

Processo n.º: 1.041.609

Natureza: Edital de Licitação

Procedência: Prefeitura Municipal de Contagem

Responsáveis: Carlos Magno de Moura Sales (Prefeito); Mário Sérgio Corrêa Dias (Secretário de Obras e Serviços Urbanos) e Rafael Silveira (Secretário Adjunto de Administração)

Ref.: Pregão Eletrônico números 41/2016 e 47/2016

RAFAEL SILVEIRA, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF sob o n.º 039.545.806-40, residente e domiciliado na Rua Rio Comprido, nº 2893, apartamento 101, bairro Monte Castelo, no Município de Contagem/MG, CEP 32.285-040, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., nos autos do processo em epígrafe, por seus procuradores *in fine* assinados, nos termos do instrumento de procuração anexo, apresentar **DEFESA E DOCUMENTOS**, nos termos do art. 265, *caput*, do Regimento Interno, alicerçada nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, importante esclarecer que a presente manifestação é tempestiva, tendo em vista o prazo de 10 (dez) dias estabelecida na decisão proferida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator nos presentes autos.

Evidenciada a tempestividade da manifestação, requer seja determinada a admissão e juntada da presente peça aos autos para, ao final, serem acolhidas as razões



defensivas, sendo determinado o arquivamento dos autos, sem qualquer repercussão em desfavor do defendente.

2. BREVE SÍNTESE

Trata-se de edital de licitação autuado para análise dos pregões eletrônicos números 041/2016 e 047/2016, deflagrados pela Prefeitura Municipal de Contagem, para aquisição e/ou locação de materiais utilizados para iluminação decorativa do município durante as festividades natalinas.

A unidade técnica realizou o estudo juntado na peça nº 16 do SGAP, tendo assim concluído:

Por todo o exposto, entende-se pela irregularidade das cláusulas contratuais que atribuem os recursos oriundos da COSIP como fonte de pagamento para iluminação decorativa natalina nos pregões n. 41/2016 e 47/2017. Nesses termos, sugere-se a citação do responsável, Sr. Mário Sérgio Corrêa Dias, secretário municipal de obras e serviços urbanos, para apresentar defesa sobre a irregularidade assinalada, passível de aplicação de multa, em respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais para manifestação preliminar, nos termos do art. 61, 3º, da Resolução nº 12/2008 (Regimento Interno), que entendeu que a receita arrecadada com a cobrança da COSIP não pode ser utilizada para o custeio de iluminação decorativa de natal.

O órgão ministerial dispôs que, em que pese a Lei Municipal nº 3.800/03, que inseriu no Código Tributário do Município de Contagem a contribuição para o custeio de iluminação pública, não ter conceituado iluminação pública, parece evidente que em tal serviço não se insere a decoração natalina, ainda que os adereços de natal sejam luminosos e utilizados em praças e vias públicas.

Em face do exposto, requereu o Ministério Público de Contas a citação do Sr. Mário Sérgio Corrêa Dias, secretário municipal de obras e serviços urbanos, do Sr. Rafael Silveira, secretário municipal adjunto de administração, e do Sr. Carlos Magno de Moura Sales, Chefe do Poder Executivo Municipal de Contagem à época, para, querendo, apresentarem defesa em face da suposta utilização indevida dos recursos da Contribuição



para Custeio de Iluminação Pública – COSIP para pagamento de despesas com iluminação decorativa de natal.

No entanto, conforme se verá adiante, após detida análise do ordenamento jurídico, serão apresentadas, nos tópicos seguintes, **as razões de fato e de direito para o arquivamento, imediato, do presente processo.**

3. DA IMPROCEDÊNCIA DA IRREGULARIDADE APONTADA

3.1 Da não responsabilização do órgão licitatório - Competência do ordenador de despesas

Inicialmente, este defendente informa que atuou apenas como órgão de licitação, não sendo o ordenador de despesas dos pregões objeto de análise.

Ora, o ordenador de despesas dos presentes pregões era o secretário municipal de obras e serviços urbanos.

Ainda, dispõe que o notificou da situação dos pregões por intermédio do Ofício nº 36/2016, de 17/11/2016, tendo o ordenador decidido prosseguir com as contratações.

Neste viés, no âmbito municipal, o Decreto de Contagem nº 029, de 18 de março de 2013, delega competências às Secretarias Municipais e Órgãos a elas equiparados para atuarem como ordenadoras de despesas, senão vejamos:

Art. 1º Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, para os titulares de Secretarias Municipais, da Chefia de Gabinete do Prefeito Municipal, da Controladoria Geral do Município e da Procuradoria Geral do Município, nos respectivos âmbitos de atuação, observadas as competências previstas em Lei, para a prática dos seguintes atos:
I - ordenação de despesas, das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos créditos orçamentários respectivos, observada a competência da Câmara Orçamentária de Administração Financeira - COAF e condicionada a sua prévia e expressa autorização;
II - assinatura de contratos, convênios e outros ajustes e seus aditamentos, ressalvado o disposto nos incisos I e II do art. 3º deste Decreto.

[...]

Art. 4º Compete exclusivamente à Secretaria Municipal de Administração a realização dos procedimentos licitatórios da Administração Direta, inclusive os de dispensa ou inexigibilidade de licitação.



Desta feita, não cabe responsabilização deste defendente por ter havido a utilização dos recursos da COSIP no custeio da iluminação pública de natal, haja vista que o citado decreto municipal expressamente consignou que compete à Secretaria Municipal de Administração tão somente a realização dos procedimentos licitatórios da Administração Direta.

Lado outro, compete aos titulares de Secretarias Municipais, nos respectivos âmbitos de atuação, observadas as competências previstas em Lei, a ordenação de despesas, das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos créditos orçamentários respectivos, bem como a assinatura de contratos, convênios e outros ajustes e seus aditamentos.

Ratifica-se: este defendente não era o ordenador de despesas dos pregões ora analisados.

Destaca-se que todos os requisitos legais para a realização das licitações foram estritamente observados pelo defendente e pelo Município de Contagem nos contratos objeto da presente análise, tendo sido o serviço devidamente prestado, motivo pelo qual não há que se falar em responsabilização deste peticionante.

3.2 Da subjetividade do conceito de iluminação pública

Por observância ao princípio da eventualidade, cumpre destacar que a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) foi inserida na Constituição da República Federativa do Brasil por intermédio da Emenda Constitucional nº 39/2002, que acrescentou o art. 149-A, criando essa nova competência tributária dos Municípios e Distrito Federal, neste viés:

Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

Logo, a supracitada norma constitucional carrega alto grau de abstração, haja vista que esta não conceituou o que é iluminação pública, tendo, ainda, imputado ao ente federado municipal a competência para instituir tal contribuição.



Acerca da COSIP, destaca-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) preceitua que se trata de um tributo de caráter *sui generis*, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

Ainda, a Súmula Vinculante 41 expressamente dispõe que “*o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa*”.

Por sua vez, na esfera municipal, o art. 3º do Código Tributário de Contagem criou a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CCSIP:

Art. 3º Compõem o sistema tributário do Município:

I - Impostos

- a) sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - (IPTU);
- b) sobre Serviços de Qualquer Natureza - (ISSQN);
- c) sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos, por Ato Oneroso "Inter Vivos" - (ITBI);
- d) Alínea revogada pela Lei nº 3.420/01.

II - Taxas

- a) decorrentes de o exercício regular do Poder de Polícia do Município;
- b) decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

III - Contribuição de Melhoria;

IV - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CCSIP.

Destaca-se que o art. 142-A da Lei Municipal nº 1.611 apenas dispõe que “*a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CCSIP, de que trata o inciso IV do artigo 3º desse Código, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de iluminação pública colocados à disposição da população*”.

Logo, nosso ordenamento legal, em momento algum, especificou o que seria iluminação pública, o que gera insegurança jurídica aos gestores públicos.

Conveniente consignar que, sobre a destinação da COSIP, o STF, julgando a tese de repercussão geral nº 696 (RE nº 666.404), definiu que “*é constitucional a aplicação dos recursos arrecadados por meio de contribuição para o custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede*”.

Tal tese foi também referendada na Consulta nº 1.077.225 deste Colendo Tribunal de Contas de Minas Gerais:

CONSULTA. ILUMINAÇÃO PÚBLICA. QUESTIONAMENTO JÁ RESPONDIDO EM CONSULTAS ANTERIORES. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DE DÚVIDA. NÃO CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO



PÚBLICA (COSIP/CIP). RECEITAS. CARÁTER VINCULADO. CUSTEIO DO SERVIÇO. ABRANGÊNCIA. MODERNIZAÇÃO. MELHORAMENTO. OTIMIZAÇÃO. EXPANSÃO. REDE DE ILUMINAÇÃO. CONSULTA PARCIALMENTE CONHECIDA.1. O custeio do serviço de iluminação pública, conforme previsto no art. 149-A da Constituição da República, abrange, também, a modernização, melhoramento, otimização, eficientização, expansão, operação e manutenção da rede municipal de iluminação.2. Não se conhece de questionamento já respondido em consultas anteriores (art. 210-B, § 1º, V, do Regimento Interno). Determinação da remessa ao consulente das deliberações do Tribunal que demonstram a consolidação da tese (art. 210-B, § 3º, II, do Regimento Interno).3. Não se conhece de questionamento em que não haja indicação precisa da dúvida suscitada (art.210-B, § 1º, IV, do Regimento Interno). [CONSULTA n. 1077225. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 17/06/2020. Disponibilizada no DOC do dia 03/07/2020.]

Isto posto, nos pregões em comento, o ordenador de despesas entendeu que a iluminação de natal clareia ruas, praças, avenidas, túneis, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas, motivo pelo qual acredita que foram utilizados os recursos do COSIP para custeá-la.

Cumprido dispor que a legislação não veda tal atitude, sendo que, por intermédio de entendimento jurisprudencial, este Colendo Tribunal de Contas concluiu pela não possibilidade de utilização dos recursos da COSIP para custear a iluminação de natal, posicionamento este, inclusive, que não estava consolidado quando da ocorrência dos pregões aqui analisados.

Neste diapasão, importante consignar que a Lei Nacional nº 13.655/2018, que incluiu na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, preceitua que:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

[...]

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.



Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

Portanto, a revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado deve levar em conta as orientações gerais da época.

Neste sentido, destaca-se que a interpretação dada por este Colendo Tribunal de Contas acerca da impossibilidade de se utilizar os recursos da COSIP no custeio das iluminações natalinas foi proferida no ano de 2017, sendo que os pregões ora analisados são de 2016, senão vejamos:

REPRESENTAÇÃO. ILUMINAÇÃO NATALINA. IRREGULARIDADES. AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. VÍCIO DE COMPETÊNCIA. PREJUDICADO. CUSTEIO COM RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS. CONFIGURADAS AS IRREGULARIDADES. MULTA. RECOMENDAÇÕES. 1. DIANTE DA ESPECIFICIDADE DO OBJETO CONTRATADO E DA EXCLUSIVIDADE DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS, ADMITE-SE A CELEBRAÇÃO DO AJUSTE POR MEIO DE PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2. A FALTA DE COMPROVAÇÃO, NOS AUTOS, DE POSSÍVEL DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA A TITULAR DE SECRETARIA MUNICIPAL TORNA PREJUDICADO O EXAME DO APONTAMENTO. 3. A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ; COSIP É TRIBUTO DE ARRECADAÇÃO VINCULADA, COM FINALIDADE ESPECÍFICA DE ILUMINAÇÃO DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, NÃO SENDO PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS PARA CUSTEAR DECORAÇÃO NATALINA. 4. A AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA DO PREÇO PARA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONTRARIA O INCISO III DO ART. 26 DA LEI Nº 8.666, DE 1993. [REPRESENTAÇÃO n. 838465. Rel. CONS. GILBERTO DINIZ. Sessão do dia 21/09/2017. Disponibilizada no DOC do dia 11/10/2017.]

Por fim, salienta-se que a própria Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 2010, no inciso XXXIX, do art. 2º, estabelece que a iluminação pública é “*serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual*”.

Neste viés, o ordenador de despesas considerou que a iluminação natalina provê de claridade os logradouros públicos de forma eventual.



4. DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, o defendente requer que sejam admitidas as justificativas apresentadas, determinando-se, por conseguinte, **o arquivamento do processo**, sem qualquer repercussão administrativa, civil ou penal desfavorável, ante a improcedência da irregularidade.

Termos em que pede deferimento.

Contagem/MG, 02 de março de 2021.

Rafael Braga de Moura

OAB/MG 141.959